

## CORREIO POLÍTICO

Ricardo Stuckert/PR



A Bahia passou a ter grande força no terceiro governo

## Lula: de acarajés e Curitiba

No momento em que é escrito o Correio Político, Jaques Wagner (PT-BA) permanece como o líder do governo no Senado. Há bastidores fortes no sentido de que ele possa entregar o cargo. É possível que sejam mais desejos de alguns – a pressão sobre ele está forte – do que de fato intenção, seja de Wagner seja do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O tempo dirá. Mas o fato é que o episódio pode promover mudanças na forma como Lula formatou seu terceiro governo na hipótese de vir mesmo a conquistar um cargo. No Lula III, o presidente deu grande espaço e poder para dois grupos, que ficaram conhecidos como República de Curitiba e República do Acarajé. Grupos que, de certa forma, se interconectam.

## Nomes começaram a perder força

O primeiro traz aqueles que mais se aproximaram de Lula quando ele esteve preso em Curitiba. O segundo é a turma da Bahia, onde houve uma impressão de experiência petista bem sucedida nos últimos anos. Alguns nomes de um grupo e outro já tinham saído, como o deputado Paulo Pimenta (RS) da Secretaria de Comunicação – representante do primeiro grupo – e Rui Costa da Casa Civil, quadro forte do segundo grupo.

PT



Gilberto Carvalho está na equipe de campanha

## Forte experiência da prisão

Na avaliação de quem acompanha o governo de perto, a experiência da prisão em Curitiba muito impactou Lula. E, nesse sentido, ele nutriu muito carinho e confiança a quem mais ele considera que esteve próximo dele naquele período. Isso inclui sua própria esposa agora, Janja da Silva, a quem muitos atribuem ter ampliado sua blindagem. Incluía também a deputada Gleisi Hoffmann, na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. Na disputa eleitoral, essas pessoas deixaram o governo para disputar cargos no Parlamento.

## República de São Bernardo

Esses grupos teriam substituído o núcleo duro original de Lula nos seus dois primeiros governos: a República de São Bernardo. Eram nomes que acompanham o presidente desde o início da formação do PT nas greves do ABC. Casos de Luiz Gushiken, Luiz Dulci, José Dirceu. Nomes que teriam mais liberdade para fazer um contraponto crítico a Lula.

POR  
RUDOLFO LAGO

## Blindado

No terceiro governo, Lula teria ficado mais blindado. Seus novos aliados já o conheciam presidente. Têm uma admiração distanciada que os antigos aliados, que cresceram com ele, não tinham tanto. Do novo grupo, um dos poucos que tinham essa capacidade, pela intimidade, era Jaques Wagner.

## Rui Costa

Da turma da Bahia, há muitas queixas internas à forma como agia na Casa Civil Rui Costa, que deixou o cargo para disputar o Senado pela Bahia. Não são poucos os ministros e ex-ministros que se queixaram de desprestígio, da forma como Rui Costa conduzia a pasta, de não serem bem tratados.

## Bahia

A força baiana veio da forma como o PT lá se consolidou nos últimos anos. Jaques Wagner foi reeleito governador em 2006. Reeito em 2010. Rui Costa assumiu o governo 2014. Reeito em 2018. Fez Jerônimo Rodrigues governador em 2022. Na eleição presidencial, Lula teve 72% dos votos baianos.

## Encanto

Se as eleições fossem hoje, o encanto baiano talvez tenha se quebrado um pouco. Derrotado em 2022, agora quem lidera as pesquisas na Bahia é o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil). Um levantamento da Quaest, porém, mostra aprovação do governo de Jerônimo em 56%. Será preciso ver se o caso Jaques Wagner provocará danos.

## Reunião

Iniciada a semana, Jaques Wagner discutiu a situação com Rui Costa e Jerônimo Rodrigues, antes de uma possível reunião com Lula. O problema não envolve somente Jaques Wagner. A ponta do caso Master que envolve consignados fantasmas tem sua origem na Bahia, a partir do CredCesta.

## Reaproximação

Embora ainda tímida, há quem enxergue uma possibilidade de reaproximação de alguns integrantes dos grupos originais. Nomes como Gilberto Carvalho agora já estão na equipe de campanha, cuidando da agenda. Caso se eleja deputado federal, José Dirceu também deverá ter influência.



Decisão de Mendonça sinaliza qual deve ser postura

## TSE remove postagens contra Flávio Bolsonaro

Tribunal retirou publicações de Lindbergh e Janones

Por Gabriela Gallo

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro André Mendonça, determinou, nesta segunda-feira (22), a remoção de uma série de publicações feitas nas redes sociais contra o senador e pré-candidato à presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Uma das publicações que devem ser removidas acusa o pré-candidato de defender uma jornada de trabalho “na escala 7X0”, ou seja, uma jornada de trabalho em que o trabalhador não tenha nenhum dia de descanso.

A associação inicialmente foi feita a partir da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2026, uma alternativa à PEC 221/2019, aprovada na Câmara dos Deputados no mês passado. Enquanto a PEC 221/2019 determina o fim da escala 6X1 e reduz a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais – cinco dias de trabalho e dois dias de folga –, a PEC alternativa propõe que o trabalhador negocie com o patrão seu período de descanso. Na decisão, o TSE considerou ser indevido afirmar que isso significaria o apoio a uma jornada de trabalho sem nenhum descanso.

Outras publicações removidas por determinação de André Mendonça foram feitas pelo deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), e associam Flávio

Bolsonaro ao crime organizado, especialmente após as conversas vazadas com o dono do Banco Master, Daniel Vorkaro. Além disso, também foi determinada a remoção de um vídeo do deputado federal André Janones (Rede-MG) que associou Flávio Bolsonaro a um suposto envolvimento com “milícias, traficantes, desvio de recursos públicos, ‘falcatruas’ e fatos relacionados ao homicídio da vereadora assassinada Marielle Franco (PsoL-RJ), sem demonstração, neste juízo preliminar, de lastro mínimo de veracidade”.

“A decisão aponta que os petistas tentam desqualificar a honra de Flávio Bolsonaro divulgando um fato sabidamente inverídico e gravemente descontextualizado”, manifestou a equipe jurídica do Partido Liberal (PL) em nota divulgada para a imprensa. Na nota, o jurídico ainda acusa os adversários do senador de tentar “interferir na opinião dos eleitores com fatos inexistentes”.

Na avaliação do professor de direito digital do Ibmec Brasília Alisson Possa, as decisões do ministro da Corte eleitoral apontam uma tendência de que o TSE “exerça um papel cada vez mais central nas diretrizes de moderação de conteúdo de plataformas digitais no contexto eleitoral”.

“As eleições deverão ser marcadas pelo uso intensivo de Inteligência Artificial generativa e estarão as capacidades”.